

**AS APROPRIAÇÕES DOS SIMBOLOS NACIONAIS PELO GOVERNO VARGAS E
PELAS PESSOAS COMUNS (1930-1945)****THE APPROPRIATIONS OF NATIONAL SYMBOLS BY THE VARGAS GOVERNMENT
AND BY ORDINARY PEOPLE (1930-1945)**André Barbosa Fraga¹ e Mayra Coan Lago²

Resumo: Este artigo analisa alguns aspectos do nacionalismo desenvolvido, como política de Estado, pelo primeiro governo Vargas (1930-1945), e a sua recepção pelas pessoas comuns. São examinadas especificamente as ações voltadas à valorização de dois dos mais importantes símbolos pátrios: a Bandeira e o Hino Nacionais. O principal objetivo é compreender duas dimensões da relação que a sociedade brasileira, das décadas de 1930 e de 1940, manteve com esses elementos considerados fundamentais para representar e fazer lembrar o país. A primeira é a da produção, de como o governo estruturou um projeto de glorificação desses símbolos e de controle sobre o uso deles por meio de decretos, decretos-leis e materiais propagandísticos. Já a segunda é a da recepção da população a esse projeto, observada a partir de cartas enviadas pelas pessoas comuns a Getúlio Vargas. A análise observará as distintas mobilizações dos símbolos nacionais, as quais estavam amparadas em percepções particulares sobre a pátria e a respeito dos papéis que o governo e as pessoas comuns deveriam ter na construção do “novo país”. Além disso, será possível notar os interesses e as motivações, coincidentes ou divergentes, desses diferentes atores sociais ao instrumentalizarem os símbolos nacionais.

Palavras-chave: Símbolos nacionais. Cartas. Governo Vargas.

¹ Pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor e mestre pelo mesmo Programa. Bacharel e licenciado em História pela UFRJ. Professor da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro e Tutor do curso de Licenciatura em História a Distância da Unirio. Membro dos Grupos de Pesquisa “Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos” (UERJ) e “Núcleo de Estudos Contemporâneos” (UFF). Autor do livro *Os heróis da pátria: política cultural e história do Brasil no governo Vargas* (Prismas, 2015) e co-organizador dos livros *Olhares sobre o Governo Vargas* (Autografia, 2017), *Governo Vargas: um projeto de nação* (7 Letras, 2020) e *Governo Vargas: questões regionais e relações interamericanas* (7 Letras, 2020). Das pesquisas que tem desenvolvido sobre o governo Vargas, destacam-se a construção de heróis nacionais, o desenvolvimento da aviação civil e militar e a produção editorial do Departamento Nacional de Propaganda (DNP). E-mail: andrebfraga@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9522-7942>

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, mestre em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina pela mesma universidade (PROLAM/USP) e graduada em Relações Internacionais pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Professora do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Fundação Santo André e da Agência Relações Internacionais. Membro do Grupo de Pesquisa “Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos” e da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC). Desenvolve pesquisa e tem publicações em História da América Latina e História do Brasil Republicano, com ênfase nas relações estabelecidas entre o Estado e as “pessoas comuns” durante o Estado Novo brasileiro e o Primeiro Peronismo. E-mail: mcoann@hotmail.com

Abstract: This article analyzes some aspects of developed nationalism, such as State policy, and its reception by ordinary people during the first Vargas government (1930-1945). They are examined, specifically as actions aimed at enhancing two of the most important national symbols: the National Flag and the National Anthem. The main objective is to understand the two dimensions of the relationship that Brazilian society, in the 1930s and 1940s, contains these elements considered fundamental to represent and remind the country. The first is the production of how the government structured a project to glorify these symbols and to control their use through decrees, decree-laws and propaganda materials. The second is the reception of the population for this project, observed from letters felt by people common to Getúlio Vargas. An analysis can be seen as distinct mobilizations of national symbols, which were supported by particular perceptions about the homeland and the roles that the government and as ordinary people executed in the construction of the “new country”. In addition, we can note the interests and motivations of the Vargas government and ordinary people, whether coincident or divergent, when instrumentalizing the main nationals.

Keywords: National symbols. Letter. Vargas Government.

Introdução

Os quinze anos que constituíram o primeiro governo Vargas (1930-1945) foram marcados por profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas no país. Realizações empreendidas logo após a chamada Revolução de 1930, movimento armado que conduziu Getúlio ao poder, e durante os Governos Provisório (1930-1934), Constitucional (1934-1937) e Ditatorial (1937-1945), como a consolidação da legislação trabalhista e o incentivo à industrialização, são recorrentemente lembradas para caracterizar a administração conduzida pelo político gaúcho. Outro aspecto marcante das ações do poder executivo nas décadas de 1930 e de 1940 foi a elaboração de um projeto nacionalista, caracterizado pelo forte teor cívico e pelo investimento estatal na valorização da cultura e da identidade nacionais. Tal projeto ganhou considerável ampliação após a deflagração da chamada Intentona Comunista, ocorrida em Natal, em Recife e no Rio de Janeiro, respectivamente, nos dias 23, 24 e 27 de novembro de 1935.³

³ Esse movimento armado de militares, promovido pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), com o objetivo de tomar o poder de Getúlio Vargas e instalar um governo popular-revolucionário que prepararia a implantação de um regime socialista no Brasil, acabou fracassando, ao ser sufocado pelas forças legalistas (ABREU, 2001).

Entre as implicações dessa revolta frustrada podem ser destacadas a violenta repressão a todos aqueles considerados opositores do regime, a concentração maior de poderes nas mãos do presidente, criando o ambiente político favorável às pretensões ditatoriais dele, e a institucionalização da ideologia anticomunista no cerne das Forças Armadas. As investigações conduzidas pelo governo haviam revelado o perigo da circulação no país de ideias consideradas alienígenas à sua cultura, uma vez que a chamada Intentona Comunista contou com a atuação de estrangeiros ligados ao *Komintern*, a Internacional Comunista, o que fazia dos brasileiros participantes dela elementos “a serviço” da União Soviética e, conseqüentemente, traidores da pátria (CASTRO, 2002, p. 51). Em resposta, o governo desenvolveu duas estratégias de combate ao comunismo: por um lado, o emprego da força policial, com perseguições e prisões (CANCELLI, 1994), e, por outro, de caráter preventivo e simbólico, a elaboração de políticas culturais que valorizassem e incentivassem o amor pelo Brasil, afastando, assim, a influência das ideias socialistas (FRAGA, 2017).

A utilização da noção de pátria serviu estrategicamente ao governo para preservar a ordem e a estabilidade social e potencializar o conjunto de valores, normas e práticas adotados por ele (DUTRA, 2012). Sendo assim, a mobilização nessa direção buscou minimizar ou mesmo eliminar os sentimentos de desagregação por identificações ideológicas, de partido, de classe, de raça ou de qualquer outra ordem. Julgou-se necessário estimular, acima de tudo, a solidariedade entre os nacionais, de maneira que os interesses coletivos prevalecessem sobre os individuais. Nesse processo de fortalecer no país o sentimento de pertencimento e de identificação à nação, muitas iniciativas governamentais, visando atingir os corações e as mentes dos brasileiros, estiveram voltadas à questão da “unidade nacional”. Referências a ela foram amplamente difundidas em manuais escolares, em propagandas oficiais e em demonstrações patrióticas, como cerimônias, paradas militares, festas e desfiles cívicos (SCHEMES, 2013; CAPELATO, 2009).

Para melhor estimular esse sentimento de pertencimento à nação e de identificação com os valores do regime e das tradições “genuinamente” brasileiras, o governo contou com o envolvimento de diversos indivíduos, órgãos e ministérios, especialmente os associados à educação e à propaganda política (CAPELATO, 2009; GOMES, 2000; FRAGA, 2015). Justamente por isso, com o intuito de promover a disseminação de políticas culturais relacionadas à temática do nacionalismo, Vargas valeu-se principalmente do auxílio de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde (1934-1945), e de Lourival Fontes, diretor do Departamento Nacional de Propaganda (1935-1939) e do Departamento de Imprensa e Propaganda (1939-1942), os quais investiram esforços materiais e simbólicos nessa direção,⁴ para a qual os intelectuais de diferentes áreas foram chamados a contribuir e tiveram um papel central em tal projeto (VELLOSO, 2019).

Diante do estímulo ao conhecimento dos diferentes aspectos formadores da identidade nacional, a história ganhou lugar de destaque, uma vez que, por meio dela, a população poderia conhecer melhor seu passado e os valores presentes nos grandes vultos nacionais. Sendo assim, o ensino de história, tanto escolar (currículos, livros didáticos e leis), quanto não formal (rádio, cinema, teatro e literatura), foi mobilizado para atingir um público amplo, formado por jovens e adultos, em seus locais de moradia, de trabalho e de lazer.⁵

Todos esses elementos descritos ajudam a compreender o ambiente político caracterizado, nas décadas de 1930 e de 1940, pela administração varguista, no qual o nacionalismo não demorou muito a ser alçado a lugar de destaque. Para fortalecê-lo

⁴ Dando alguns exemplos dessas ações, o Ministério da Educação e Saúde criou, em 1936, o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), órgão dirigido pelo antropólogo Edgard Roquete Pinto com a finalidade de produzir e distribuir filmes de cunho educativo para exibição em escolas (ROSA, 2002). Por sua vez, a partir de 1938, o Departamento Nacional de Propaganda e, posteriormente, o Departamento de Imprensa e Propaganda, seu sucessor, produziram os Cinejornais Brasileiros, documentários em curta-metragem de exibição obrigatória em todas as salas de cinema do país, os quais apresentavam diversas temáticas, como Forças Armadas, realizações de Getúlio Vargas e festas cívicas (TOMAIN, 2006, p. 185).

⁵ No período, com auxílio financeiro governamental, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) expandiu suas sedes para outros estados (GOMES, 1999) e novos museus foram criados, como o Museu Nacional de Belas-Artes, o Museu Imperial de Petrópolis e o Museu da Inconfidência (LONDRES, 2001).

ainda mais, o governo logo percebeu os ganhos que poderia ter, inclusive para a própria figura de Vargas, ao mobilizar também os símbolos nacionais, principalmente a bandeira e o hino, elementos poderosos de aspirações coletivas, ideais para representar e fazer lembrar a pátria, em suas virtudes e grandezas. A importância do uso desses elementos simbólicos estava ancorada na capacidade de eles aglutinarem os cidadãos em torno do sentimento de pertencimento a uma nação, produzindo e despertando emoções e valores coletivos, fazendo os brasileiros se identificarem enquanto um grupo social único. Conforme observado por Montserrat Guibernau (1997), criar ou recriar símbolos faz parte dos nacionalismos que buscam manter ou aumentar a coesão social.

A despeito de todo o esforço empreendido pelo governo Vargas para estimular o sentimento de pertencimento à nação e a identificação com os valores do regime, diversos estudos mostraram que as pessoas comuns⁶ não receberam tais mensagens oficiais de forma acrítica ou homogênea (FERREIRA, 2011; LAGO, 2021). Como ponderou Eric Hobsbawm (1990) ao refletir sobre os conceitos de nação e nacionalismo, as identificações são fenômenos duais, construídos essencialmente “pelo alto”, mas que não podem ser compreendidos dissociados de uma análise a partir dos “de baixo”, no que se refere às aspirações, necessidades, esperanças, interesses das pessoas comuns, que não são, necessariamente, nacionais ou nacionalistas.

É nessa perspectiva de interação, “desde cima” e “desde baixo”, isto é, entre Estado/governante e governados/pessoas comuns, que este estudo está inserido. O principal objetivo é compreender duas dimensões da relação que a sociedade brasileira, das décadas de 1930 e de 1940, manteve com a Bandeira e o Hino Nacionais,

⁶ A compreensão de pessoas comuns utilizada aqui é muito similar à de “pessoas extraordinárias” que foi proposta por Eric Hobsbawm (1998) no livro *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Homens e mulheres, de distintos grupos sociais e colocações profissionais, usualmente desconhecidos de todos, exceto de suas famílias, vizinhos e amigos. Nos Estados modernos, seus nomes são registrados pelas repartições que atestam nascimentos, casamentos e mortes. Em alguns casos, eles também figuram em registros policiais e jornalísticos. Embora tais pessoas sejam desconhecidas individualmente, este artigo aproxima-se da visão do historiador citado, o qual pondera que coletivamente elas ocupam a posição de principais atores da história, pois, além de constituírem maioria, o que pensam e realizam faz a diferença, podendo influenciar e mudar as ações e a cultura, em distintos tempos e espaços.

elementos considerados fundamentais para representar e fazer lembrar o país. A primeira é a da produção, de como o governo estruturou um projeto de glorificação desses elementos e de controle sobre o uso deles. Já a segunda é a da recepção da população a esse projeto. A fim de melhor compreender tais dimensões, o artigo é dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais.

Na primeira, são analisados os usos e as percepções do governo a respeito desses dois símbolos nacionais, considerando as preocupações da administração varguista, presentes na produção de decretos, decretos-leis e materiais propagandísticos dirigidos ao povo. Na segunda, observam-se os usos e as percepções de pessoas comuns sobre os mesmos símbolos, atentando aos interesses e às motivações presentes nas cartas⁷ que elas enviaram para Vargas durante as décadas de 1930 e de 1940, com especial interesse por aquelas recebidas pelo governante durante o Estado Novo.

A análise do *corpus* documental selecionado nesta pesquisa foi realizada com base nos referenciais teórico-metodológicos da História Política Renovada e da Nova História Cultural. A primeira foi mobilizada por ampliar a noção de “político”, a qual é identificada como domínio privilegiado de articulação do todo social e de sua representação, e por estimular a atenção do historiador para as relações entre o indivíduo e a “sociedade global política”, por meio do estudo de comportamentos, escolhas, convicções e cultura. Além de René Rémond (1988), as historiadoras brasileiras Eliana de Freitas Dutra (2012) e Maria Helena Capelato (2009) contribuíram

⁷ As cartas selecionadas para este artigo fazem parte de uma pesquisa maior, que abrange milhares de missivas, as quais estão disponíveis para consulta no Arquivo Nacional, em seu fundo Gabinete Civil da Presidência da República (AN-GCPR), e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Essas cartas foram coletadas e distinguidas por nós a partir da base argumentativa, podendo corresponder à família e/ou à pátria. Das 125 cartas que têm como base a pátria, 17 tratam especificamente dos símbolos nacionais. As demais versam sobre outras maneiras de colaborar para a “construção da pátria”, como por meio de inventos com as imagens de Vargas ou de manifestações e projetos para a defesa nacional (LAGO, 2021). As cartas pertencentes ao Arquivo Nacional serão referenciadas como AN-GCPR, título da série, número da lata e do processo, quando houver. As cartas que estão na Fundação Getúlio Vargas serão referenciadas como CPDOC/FGV, nome do arquivo, número do rolo de microfilme e número do fotograma e/ou do processo, quando houver. Nos trechos citados extraídos das cartas, nós optamos por manter a forma e a grafia exatamente como foram empregadas pelos missivistas.

para a reflexão apresentada aqui. Já a Nova História Cultural torna-se útil por considerar que as percepções do social produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade, legitimar um projeto em função de outro ou justificar uma escolha. A noção de apropriação cultural, proposta por Roger Chartier (2002), que pode ser entendida como formas particulares de interpretação dos discursos, também auxiliou este estudo na compreensão das percepções e dos usos dos símbolos nacionais.

Os símbolos nacionais e seus usos pelo governo Vargas

Iniciando-se a análise pela Bandeira Nacional, é possível afirmar que a valorização dela ocorreu logo após a chamada Revolução de 1930. A própria Constituição do Brasil, promulgada em 16 de julho de 1934, foi a primeira a incluir referências aos Símbolos Nacionais. O Título VIII, Disposições Gerais, art. 174, informa que “a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais devem ser usados em todo território do país nos termos que a lei determinar”. Já o art. 163, § 1º, acrescenta que “todo brasileiro é obrigado ao juramento à bandeira, na forma e sob penas da lei” (BRANT, 2019, p. 334). Para complementar tais dispositivos, o Decreto nº. 763, de 23 de abril de 1936, esclareceu as instruções para a exibição dela no território brasileiro, determinando que nenhuma bandeira estrangeira poderia ser hasteada sem que a nacional fosse estendida ao lado (BRASIL, 1936a).

No entanto, é com a instauração do Estado Novo (1937-1945), a partir do dia 10 de novembro de 1937, que a valorização da bandeira pátria se intensificou e alcançou o seu auge. Na ocasião, Getúlio Vargas, valendo-se mais uma vez da ameaça do “perigo vermelho”, anunciou a existência do Plano Cohen, uma suposta nova tentativa internacional de implementação do comunismo no Brasil. Para evitá-la, o presidente promoveu uma articulação com setores militares e civis, dando um golpe de Estado e instalando uma ditadura, a qual, ao fechar o Congresso e extinguir os partidos políticos, procurou enfraquecer o federalismo e fortalecer o poder executivo e o caráter

centralizador do regime. Demonstrando esse novo direcionamento, a nova Constituição, em seu artigo segundo, proibiu qualquer símbolo estadual: “a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas” (BRANT, 2019, p. 335).

Exatamente dezessete dias após o golpe, o Estado Novo produziu uma grande ação simbólica para sistematizar visualmente as novas diretrizes e fazer a população tomar conhecimento do artigo segundo da Constituição recém-outorgada: a cerimônia de queima das bandeiras estaduais. Ocorrido em 27 de novembro, na capital da República, mais precisamente no Campo do Russel, o evento reuniu o cardeal D. Sebastião Leme, responsável por presidir a missa campal programada, o presidente Getúlio Vargas e seu conjunto de ministros, integrantes das forças armadas e uma multidão. Em posição central, em um altar armado para o evento, encontrava-se erguida uma enorme bandeira do Brasil, reverenciada como símbolo máximo da pátria. No clímax do espetáculo, uma a uma, as 20 bandeiras estaduais foram sendo cremadas em uma pira, enquanto, em substituição a elas, hastearam-se, em 21 mastros (20 representando os estados e 1 a capital do país), bandeiras do Brasil, instituindo-se com tal ato o culto da bandeira única como representação da nação indivisível (SILVEIRA, 1937; JORNAL DO BRASIL, 1937).

À medida que a bandeira de cada estado era consumida pelo fogo, um grande coro orfeônico de crianças de várias escolas, sob a regência do maestro Heitor Villa-Lobos, cantava o Hino Nacional. Enquanto isso, centenas de fogos de artifício foram lançados ao céu, deixando em seu curso paraquedas com pequenas bandeiras do Brasil. Já a radiodifusão garantiu que as informações a respeito da cerimônia chegassem o mais rápido possível aos lares de todo o território nacional. Próximo ao encerramento da celebração, depois de as bandeiras estaduais terem sido completamente transformadas em cinzas, Francisco Campos, o então ministro da Justiça, pronunciou o seguinte discurso:

Bandeira do Brasil, és hoje a única. Hasteada a esta hora em todo o território nacional, única e só, não há lugar no coração dos brasileiros para outras flâmulas, outras bandeiras, outros símbolos. Os brasileiros se reuniram em torno do Brasil e decretaram, desta vez com a determinação de não consentir que a discórdia volte novamente a dividi-la, que o Brasil é uma só Pátria e que não há lugar para outro pensamento que não seja o pensamento do Brasil, nem espaço e devoção para outra bandeira que não seja esta, hoje hasteada por entre as bênçãos da Igreja e a continência das espadas e a veneração do povo e os cantos da juventude (DIP, 1940b, p. 78-79).

Após essa cerimônia, a ditadura passou a utilizar a Bandeira Nacional constantemente, como um símbolo a representar não apenas o Brasil, mas o próprio regime. Confirmando isso, Maria Helena Rolim Capelato (2009) mostrou que a bandeira brasileira e a figura de Vargas foram as imagens mais exploradas nas representações visuais do Estado Novo. A análise das diversas publicações do Departamento Nacional de Propaganda (DNP) e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) revela que a Bandeira Nacional frequentemente era empregada nas capas de livros e periódicos editados por esses órgãos.⁸

Outras publicações foram voltadas especificamente para tratar da valorização e do uso da bandeira, como o cartaz retratado na imagem 1, produzido pelo DNP para ser distribuído à população e fixado na parede das salas de aula de escolas ou no quarto de jovens brasileiros. Tal material impresso foi dividido em duas partes. Na superior, o desenho da bandeira é acompanhado do trecho de um discurso de Vargas, no qual o presidente enalteceu o pendão auriverde que reinou absoluto após a proibição do uso das bandeiras estaduais: “Contemplai-a, agora, com maior e justificado orgulho. Ela tremula só, única e dominadora, sobre todo o nosso território. Símbolo do Brasil de hoje e de amanhã, bela e forte, afirma a unidade moral e material do nosso povo, numa síntese perfeita da sua existência e dos seus ideais de engrandecimento”. Já a parte inferior revela a preocupação da burocracia estatal de que a bandeira fosse sempre reproduzida de acordo com as dimensões oficiais, de modo que nunca se

⁸ São bons exemplos *Um passeio de quatro meninos espertos na exposição do Estado Novo* (DNP, 1939) e *Os grandes problemas nacionais* (DIP, 1942).

descaracterizassem os seus contornos, garantindo que toda reprodução seguisse exatamente as proporções e critérios indicados.

Imagem 1. Cartaz produzido pelo DNP com informações sobre a Bandeira Nacional



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

O DIP, dando continuidade à política de seu antecessor, também editou uma publicação direcionada a tratar desse símbolo pátrio: *Bandeira e Hino Nacional* (DIP, 1940a). Tal folheto apresenta o mesmo trecho do discurso de Vargas e as mesmas imagens da bandeira e explicações sobre as dimensões a serem adotadas na reprodução dela, com a diferença de inserir o texto não apenas em português, mas também em inglês. Finalmente, em 31 de julho de 1942, o governo, preocupado com o emprego dos símbolos nacionais brasileiros fora dos padrões, criou uma legislação específica para regular a utilização deles, por intermédio do Decreto-Lei nº. 4.545, o qual dispunha sobre a forma e a apresentação, definindo os critérios oficiais de sua confecção e uso (BRASIL, 1942).

Destaque semelhante ocorreu com o Hino Nacional, quando a Constituição de 1934, em seu artigo 174, considerou obrigatório o uso dele em todo o Brasil. Uma vez que a letra de Joaquim Osório Duque Estrada tinha se tornado oficial há apenas 12 anos, pelo Decreto nº. 15.671, de 6 de setembro de 1922 (BRASIL, 1922), essa ação foi considerada de suma importância para fazê-la conhecida e, conseqüentemente, capaz de despertar o sentimento cívico na população. Dois anos depois, dando mais um passo

na valorização de tal símbolo, a Lei nº. 259, de 1 de outubro de 1936, tornou obrigatório o canto do Hino Nacional em todos os estabelecimentos de ensino públicos e particulares, dos níveis primário, secundário e técnico-profissional, nas associações desportivas e de radiodifusão. A legislação previa, ainda, a proibição, por autoridade competente, do funcionamento de toda instituição, previamente intimada, que deixasse de cumprir com essas determinações (BRASIL, 1936b).

Para o governo, o Hino Nacional, um dos mais importantes símbolos de integração nacional e de identificação pátria, precisava ser utilizado fiel ao original, tanto na apresentação da melodia quanto na pronúncia correta da letra. Em meados de 1937, constatou-se que isso justamente não estava ocorrendo. O Hino vinha sendo executado com defeitos que comprometiam “a sua pureza original”.⁹ Por isso, o Ministério da Educação e Saúde instituiu uma *Comissão Nacional do Hino Nacional e dos Hinos Cívicos* com o intuito de estabelecer uma versão oficial de vários hinos: Nacional, da Bandeira, da República e da Independência.¹⁰ Desde o início das reuniões da Comissão, alguns jornais, como o *Correio da Manhã* e *A Noite*, passaram a divulgar os objetivos da iniciativa e acompanhar o andamento dos trabalhos. Não faltaram também, por parte dos periódicos, críticas, sobretudo às revisões do Hino Nacional realizadas sem uma consulta popular (CORREIO DA MANHÃ, 1937, p. 3; A NOITE, 1938, p. 8).

Decorridos alguns meses de trabalho, a Comissão, concluindo suas atividades, produziu um relatório esclarecendo como o Hino Nacional deveria ser cantado. Ao final do documento, ela incluiu um item intitulado “Explicação Necessária”, destinado a justificar as razões de ter decidido sobre a edição e fixação do Hino Nacional sem consultar a opinião pública. Segundo o texto, a Comissão era técnica e interna ao Ministério. Dessa forma, “não procedia a um inquérito, nem a plebiscito (...)”.¹¹ Além disso, seus membros alegaram que para constituí-la foram escolhidos nomes cujas

⁹ CPDOC/FGV. Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1937.01.05. Microfilme rolo 45, fot. 628.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ *Idem*.

profissões eram bem diversificadas, associados à educação, às Forças Armadas, à música, à poesia, à crítica e à imprensa. Portanto, capazes de representar os diferentes setores da sociedade. Como um desdobramento dos trabalhos, previa-se um concurso público para instrumentação do Hino Nacional voltado a grandes e pequenas orquestras, bandas, fanfarras e pequenos conjuntos instrumentais¹² (CHERÑAVSKY, 2003).

Como a preocupação com a execução do hino permanecia, em fevereiro de 1939, o governo decidiu instituir uma *Comissão Revisora do Hino Nacional*, composta por membros dos Ministérios da Marinha, da Guerra e da Educação e Saúde. Ela objetivava estudar a letra e a melodia do Hino Nacional, produzindo um parecer sobre as modificações que poderiam ser realizadas.¹³ Após encerrados os trabalhos, em junho de 1939, a Comissão entregou ao governo um relatório com a publicação dos resultados (CHERÑAVSKY, 2003). Alguns anos depois, em julho de 1942, como já informado anteriormente, foi criado o Decreto-lei nº. 4.545, que dispunha sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais. Nele, ficaram estabelecidos quais eram os símbolos pátrios (Bandeira Nacional, Hino Nacional, Armas Nacionais e Selo Nacional) e suas formas de apresentação e de reprodução (BRASIL, 1942).

Conforme já haviam feito em relação à bandeira, os departamentos de propaganda do governo Vargas também passaram a publicar folhetos e livros sobre o hino, a começar por *Bandeira e Hino Nacional*. Nesse impresso foi inserida a letra do hino, acompanhada de uma partitura dele para piano (DIP, 1940a). Em 1944, já no contexto de entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, outra produção com o mesmo tema se destacou: *A História do Hino Nacional Brasileiro* (ALBUQUERQUE, 1944), que apresenta a letra do hino traduzida em francês, latim, inglês e alemão. Em uma conjuntura de conflito externo contra os países do Eixo, o projeto nacionalista do governo se intensificou. Essa obra é parte integrante dele, contribuindo para fazer com

¹² Embora o anteprojeto tenha sido divulgado pelo jornal *A Razão*, em setembro de 1937, não foi possível identificar se, de fato, o concurso ocorreu.

¹³ CPDOC/FGV. Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1937.01.05. Microfilme rolo 45, fot. 671.

que o Brasil se tornasse “mais brasileiro”, ao divulgar elementos da história e da cultura do país.

A publicação analisa historicamente a constituição da melodia e da letra do hino, destacando principalmente o compositor da música, Francisco Manoel da Silva, cuja imagem, inclusive, aparece ilustrada na capa do livro. Dada a relevância do Hino Nacional como símbolo pátrio por excelência, tal personagem, alçado a vulto nacional, recebeu inúmeras homenagens ao longo do governo Vargas, principalmente durante a comemoração do sesquicentenário de seu aniversário, realizada no dia 21 de fevereiro de 1945.¹⁴

Apesar dos esforços da administração varguista em desenvolver várias estratégias de divulgação da importância atribuída à Bandeira e ao Hino Nacionais e do uso correto deles, a adesão a esse projeto pelas pessoas comuns não se mostrou incondicional, como algo imposto de “cima para baixo”. Ao contrário, o que as cartas endereçadas ao presidente revelam é que os símbolos nacionais nem sempre foram mobilizados e utilizados da maneira proposta pelo governo, conforme será visto a seguir.

Os símbolos nacionais e suas apropriações pelas pessoas comuns

Em 1930, logo após a chegada de Vargas ao poder, a Secretaria da Presidência da República foi regulamentada jurídica e administrativamente, ficando responsável pelo Gabinete Civil e serviços anexos.¹⁵ Ainda que no início de suas atividades tenha

¹⁴ Na verdade, já em 5 de outubro de 1937, a Lei nº. 524 havia autorizado o poder Executivo a abrir um crédito especial para a construção, na capital da República, de um monumento à glória de Francisco Manoel da Silva (BRASIL, 1937). Preocupado com a demora para a concretização do projeto, o ministro da Educação e Saúde escreveu uma carta ao presidente, no dia 21 de fevereiro de 1940, com o intuito de lembrá-lo da construção da estátua (Fonte: CPDOC/FGV. Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35, fot. 263. Pasta V). Menos de dois meses depois, em 11 de abril de 1940, o presidente publicou o Decreto-Lei nº. 2.129, abrindo os créditos de cinquenta e quatro contos de réis para cobrir as despesas de tal iniciativa (BRASIL, 1940).

¹⁵ Entre 1930 e 1945, os seguintes secretários dirigiram esse órgão da burocracia estatal: Gregório da Fonseca, durante o governo provisório; Ronald de Carvalho, em 1934; Artur Guimarães de Araújo Jorge,

funcionado de maneira incipiente e experimental, em pouco tempo se tornou um órgão amplo e com diversas subdivisões, servindo para organizar e coordenar as atividades dos diferentes organismos do governo, e mediar as relações entre o Estado e os distintos setores da sociedade. Além disso, ficou responsável pela comunicação política, especialmente pela construção, controle e manutenção das imagens do regime (FERREIRA, 2011).

Inclusive, a Secretaria da Presidência da República foi encarregada de todas as correspondências endereçadas ao chefe de Estado, sendo compostas, em sua maioria, de pedidos diversos provenientes tanto das classes mais abastadas quanto das mais humildes. Assim que recebiam as cartas, os funcionários da Secretaria as transformavam em processos administrativos e, de acordo com o tema e o assunto, enviavam-nas aos órgãos estatais que pudessem dar um parecer sobre o caso. Após o retorno destes, a resposta era mandada ao remetente. Todo esse processo revela a preocupação do governo em demonstrar a eficiência de sua administração.

Em diversas cartas analisadas, os missivistas ressaltaram a imagem do governante como “grande brasileiro” e de si próprios como “pequenos”, pessoas pobres e humildes, que apenas queriam contribuir para a “construção do novo país”. Apesar de reconhecerem a relação assimétrica estabelecida entre remetente e destinatário, eles demonstravam desejo de colaborar com o regime. Isso porque os discursos produzidos pelo governo lhes garantiam melhores condições de vida e de trabalho, e as cartas serviam justamente para, de um lado, indicar consonância com essas promessas e, de outro, reivindicar que esses direitos fossem efetivamente cumpridos.

A análise dessas correspondências permitiu a identificação de uma variedade de interpretações dos missivistas sobre o significado da pátria e suas diferentes características. Foi possível observar críticas, projetos e sugestões a respeito dos símbolos nacionais e de seus usos, em especial a Bandeira e o Hino Nacionais. Apesar

entre 1935 e 1936; e Luiz Vergara, de 1936 até o fim do Estado Novo. Fonte: AN-GCPR, série Secretaria, lata 528, sem número de processo.

das especificidades, as ponderações feitas pelos remetentes em suas cartas demonstram a forma encontrada por eles para expressarem patriotismo e apoio ao “novo momento” do Brasil, inaugurado com a chegada de Vargas ao poder.

Logo no início do Governo Provisório (1930-1934), brasileiros já manifestavam preocupação com a utilização dos símbolos nacionais e interesse de que a nova administração federal aproveitasse o “clima revolucionário” para alterá-los. Esse é o caso de José Joaquim Valença, do Rio de Janeiro, o qual se dirigiu ao Palácio do Catete no dia 25 de outubro de 1930, ou seja, um dia após a deposição de Washington Luís em decorrência da chamada Revolução de 1930.¹⁶ O intuito do missivista era entregar ao general Tasso Fragoso, chefe da Junta Governista Provisória, o livro *Símbolos Nacionais*, escrito por Eurico de Góes. Devido à dificuldade em ser recebido pelo general, uma vez que este se encontrava muito ocupado, José decidiu deixar a publicação aos cuidados do secretário Raul Maia, que a entregaria em momento oportuno.¹⁷

No mês seguinte, sabendo que a junta provisória havia entregado o poder a Getúlio Vargas, no dia 03 de novembro, José Joaquim Valença resolveu enviar uma carta ao novo presidente, a fim de parabenizá-lo por sua conquista e alertá-lo para a importância dos símbolos nacionais. Na correspondência, sugeriu a leitura do livro de Eurico de Góes e chamou atenção para a necessidade de alteração da composição da bandeira do Brasil, criada em 1889, por Décio Villares, para representar os novos ideais trazidos pela Proclamação da República. Na opinião do missivista, as principais mudanças a serem realizadas consistiam na retirada da parte central da bandeira, na qual se encontravam o círculo que representa uma esfera celeste e o dístico positivista, *Ordem e Progresso*, inserindo no lugar deles o antigo escudo que havia na bandeira

¹⁶ O presidente Washington Luís foi deposto por representantes da Marinha e do Exército que constituíram uma junta provisória de governo, composta pelos generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo contra-almirante José Isaías de Noronha (OLIVEIRA, 2001).

¹⁷ Carta de José Joaquim Valença a Getúlio Vargas. CPDOC/FGV. Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1930.11.00/2. Microfilme rolo 2, fot. 0225/2 a 0227/3.

imperial, mas sem a coroa, que deveria ser substituída por uma estrela, um barrete frígio ou um sol.¹⁸

Embora Getúlio Vargas não tenha seguido as indicações daquele entusiasta de primeira hora, pode-se dizer que cartas com tal temática endossavam a percepção do governo sobre os ganhos que poderia ter ao mobilizar determinados símbolos nacionais, servindo de aliados e representantes de sua administração, principalmente à medida que o caráter nacionalista dela se acentuava. Por outro lado, missivas como essa, apesar de demonstrarem o interesse do povo de colaborar com as ações do governo, apresentam compreensões distintas da população a respeito da forma e do significado que deveriam ter essas representações do Brasil, revelando-se muitas vezes desconexas das versões oficiais adotadas pelo regime e provocando atritos.

Alguns anos depois, já durante o Estado Novo, outros brasileiros continuaram fazendo propostas originais utilizando-se da Bandeira Nacional. É o caso de José Camargo, que escreveu para Vargas do Paraná, em 1939. No início da carta, ele pede desculpas pela ousadia de escrever novamente e agradece a atenção dispensada pelo governo na última correspondência enviada em 1937, na qual havia requisitado a melhoria na remuneração dos salários dos filhos Natanael e Natalina. Apesar do não atendimento de sua solicitação naquela ocasião, por falta de verba, José afirma, nesse novo contato, que não perdeu “a esperança de ter os vencimentos melhorados”, mas agora o motivo principal da correspondência era apresentar uma sugestão considerada útil para o Estado:

(...) remeto a V. Excia um CAPACETE com os dizeres de NOSSA QUERIDA E IDOLATRADA BANDEIRA NACIONAL, como um modelo, para V.EXCIA estudar e adotar si convier ao uso das NOSSAS FORÇAS ARMADAS e ao CORPO DE MINISTROS e demais AUTORIDADES DO PAIZ, nos DIAS FERIADOS e de grandes festas da PÁTRIA e até mesmo a todos os BRASILEIROS em geral.¹⁹

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ Carta de José Camargo. AN-GCPR, série Chefes de Estado, ministros e representantes, lata 170, processo 30.507.

Esse símbolo facilitaria a identificação e a diferenciação entre as autoridades do país e os demais cidadãos, sobretudo nos dias festivos. Para justificar a distinção, o missivista adota as metáforas políticas do regime, demonstrando o seu reconhecimento e gratidão como brasileiro comum àqueles que “tanto estão fazendo pelo reerguimento e resurgimento de um BRAZIL NOVO, onde as esperanças mais radiosas e promissoras vão desabrochando à vista dos nossos olhos a cada dia e hora que passam”.²⁰ Contudo, como José Camargo não sabia se propor uma distinção no uso do capacete agradaria ao governante, em outros momentos da carta sugere que um modelo mais simples dele poderia ser utilizado por toda a sociedade.

Imagem 3. Modelo de capacete enviado para o presidente Vargas



Fonte: AN-GCPR, série Chefes de Estado, ministros e representantes, lata 170, processo 30.507.

Continuando sua argumentação, o missivista explica que o modelo de capacete enviado, exclusivo para Vargas, é simples e não está acabado por falta de peças e de recursos, mas pondera que, caso o governo disponibilize-os, sua filha poderia costurar outro com o “maior brilho possível”, endossando o papel especial atribuído ao governante. A menção à filha, intencional ou não, pode ser interpretada como um reforço das imagens de união e de trabalho de todos em busca do engrandecimento da nação. Por fim, ele encerra a carta explicando que sua motivação é “(...) o AMOR PÁTRIO, que desperta na alma do Brasileiro o desejo de contribuir ainda que em

²⁰ *Idem.*

pequena parcela com alguma coisa, que manifesto de público a GRATIDÃO A SUA PÁTRIA E AO GOVERNO QUE TEMOS A FELICIDADE DE TER”.²¹

Por sua vez, outros brasileiros enviaram cartas que dialogavam com aspectos da legislação referentes às regras de utilização e reprodução dos símbolos nacionais, muitas vezes questionando-as. Foi o caso de Franklin Belfort, do Rio de Janeiro, quando se dirigiu ao presidente, em agosto de 1942, para contestar o Decreto-Lei nº. 4.545, que, conforme visto, alterava o modelo anterior de apresentação da Bandeira Nacional, estabelecido em 1889. O missivista solicitou que o chefe de Estado mandasse restabelecer o padrão da bandeira adotado no ano da Proclamação da República. Na sua argumentação, apresentou uma série de aspectos históricos, técnicos e jurídicos que justificavam a manutenção do modelo da bandeira. Além deles, mais formais, também apelava ao governante por uma questão pessoal: ele acabara de produzir dez mil exemplares da “Bandeira do Brasil” com a assinatura de Vargas. Caso não obtivesse autorização para comercializar o material, ainda que este estivesse em desacordo com a nova legislação, ele perderia toda a sua produção e, conseqüentemente, o dinheiro investido:

Bem sei que o interesse individual é sempre secundário. Neste caso, porém, para atende-lo, bastará que V.Excia faça valer, apenas o interesse geral, decretado por V.Excia (...). Fácil é, pois, a V.Excia salvar-me da ruína. E eu lhe suplico, insistentemente, que o faça, atendendo a que sou um simples funcionario municipal, sem economias, com os vencimentos reduzidos à metade por motivos de empréstimos para a organização do referido trabalho e, ainda por causa deste, crivado de dívidas.

Não permita, ademais, Senhor Presidente, que se perca, sem razão, um trabalho de grande utilidade, que é perfeito e tem merecido os aplausos de quantos o examinam.²²

Franklin havia iniciado a carta ponderando compreender que os “fins da servidão à pátria” deveriam visar aos interesses coletivos. Contudo, como ele considerava que o seu trabalho era voltado para o bem comum, sugeriu ao governante que atendesse ao

²¹ *Idem.*

²² Carta de Franklin Belfort. CPDOC/FGV. Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1937.01.05. Microfilme rolo 45, processo 22.027.

pedido individual anunciado, pois seria uma forma de fazer valer o “interesse geral”. Em um esforço retórico de entrelaçar seus interesses privados aos públicos, o missivista alegava que com tal pedido estaria sendo útil e colaborando com a pátria.

Essas noções de utilidade e colaboração também podem ser notadas nas correspondências de brasileiros que trataram sobre o Hino Nacional, especialmente após a publicação da Lei nº. 259, de 1936, que tornou obrigatório seu canto em todos os estabelecimentos de ensino públicos e particulares. No período imediatamente posterior à publicação dessa legislação, diversas cartas de autoridades e de pessoas comuns foram enviadas para Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde, e para Getúlio Vargas. As correspondências expressavam a preocupação com a versão do hino que seria utilizada na prática do canto e denunciavam alguns estabelecimentos educativos por não a executarem de forma adequada.²³

Luiz Cândido Figueiredo, do Rio de Janeiro, escreveu para Vargas em 10 de setembro de 1937, a fim de manifestar a sua insatisfação a respeito desse assunto. O professor aposentado de violoncelo do Instituto Benjamin Constant contou que, com base na Lei nº. 259, havia denunciado ao ministro da Educação e Saúde os erros das edições existentes do hino. Além disso, requisitou que fosse recebido pelo Conselho Técnico do Instituto Nacional de Música para que pudesse apresentar um parecer a respeito da sua denúncia. Apesar dos esforços, aparentemente o missivista não foi atendido. Então, preferiu reportar-se diretamente ao presidente:

(...) Acontece que foi nomeada uma Comissão deficiente e incapaz de julgar um assumpto de tamanha magnitude, o que está provado nas informações constantes do relatório, publicado no Diário do Poder Legislativo do dia 7 do corrente, e enviadas á Camara dos Deputados.

Os inúmeros erros e disparates contidos no citado relatório e ao alcance de leigos e artistas, evidenciam falta de cuidado ou de critério dos membros d’essa Comissão, mostrando desconhecerem o assunto em questão e provaram não merecer a confiança n’ella depositada pelo Sr. Ministro da Educação.²⁴

²³ Carta de Luiz Cândido Figueiredo. CPDOC/FGV. Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1937.01.05. Microfilme rolo 45, processo 23.918.

²⁴ *Idem*.

Ao longo da carta, Luiz Cândido endossou suas críticas, baseando-as em uma série de critérios técnicos. Após apresentá-las, o missivista pediu que as “necessárias providências” fossem tomadas para que o Diretor da Escola de Música reunisse, em Conselho, os maestros Assis Republicano, Nicolino Milano, Paulino Chaves, Dr. Paulo Silva, Francisco Mignone, Agnélo França, Lourenço Fernandes, J. Siqueira, Newton Padua e outros compositores consagrados para fazerem a revisão total do Hino “adulterado por A. Nepomuceno a fim de restabelecer o original”.²⁵ A Lei nº. 259 havia adotado oficialmente para a execução do canto do Hino Nacional o arranjo criado por Alberto Nepomuceno.

A carta de Luiz Cândido foi encaminhada para Osvaldo Orico, diretor da divisão de Educação Extra-Escolar. Em seu parecer, destacou que dois dos maestros citados pelo missivista, Assis Republicano e J. Siqueira, em entrevista recente concedida a jornais, atestaram a competência da Comissão que aprovou as alterações e manifestaram a sua inteira confiança. Contudo, por tratar-se de um assunto técnico, Osvaldo Orico sugeriu que a carta fosse encaminhada ao reitor da Universidade do Brasil, Raúl Leitão da Cunha.

Este, por sua vez, anexou o parecer do diretor da Escola Nacional de Música, o qual havia considerado que as alterações do requerente não deveriam ser atendidas, especialmente porque a lei já tinha sido enviada para a casa Legislativa com a mensagem do presidente. Ademais, rejeitou “energicamente as insinuações do Sr. Luiz Cândido de Figueiredo, relativas a idoneidade e capacidade da Comissão nomeada pelo Sr. Ministro da Educação (...)”.²⁶

As contestações e sugestões a respeito do uso dos símbolos nacionais aparecem de forma mais acentuada no Estado Novo, especialmente a partir de 1939, devido à

²⁵ *Idem.*

²⁶ Carta de Luiz Cândido de Figueiredo. CPDOC/FGV. Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1937.01.05. Microfilme rolo 45, processo 31.840.

instalação de uma nova *Comissão Interministerial Revisora do Hino Nacional* e à divulgação dos trabalhos dela em alguns jornais, como o *Correio da Manhã*. Nesse momento, diversas pessoas voltaram a mandar cartas para Gustavo Capanema e Getúlio Vargas, com sugestões de novas ou antigas versões poéticas do hino. Por exemplo, Newton de A. Mello, de São Paulo, escreveu para o presidente em abril de 1939:

(...) Senhor Getúlio Vargas: Vossa Excelencia desaparecerá um dia. Que esse dia esteja longe, muitíssimo longe! Sou muito jovem ainda, e- permita Vossa Excelencia este gesto de brasileiro sincero- quero morrer sem que elle haja ainda chegado. Contudo, elle chegara. A obra de construção nacional, de Vossa Excelencia, jamais desaparecera das paginas ritulantes do nosso civismo (...). Hoje, porem, cogita-se de um estudo sobre a letra do hymno nacional. Eu quero, como cidadão brasileiro, poder cantar, com toda a força dos meus pulmões, os nomes pelo menos de alguns grandes brasileiros do passado, nos dias de festa nacional, com a voz tremendo de patriotismo e o coração a rebentar-me de entusiasmo no peito. E como eu, milhares de patrícios vossos! Senhor, o hymno que Vossa Excelencia vae oficializar viverá pelos séculos a fora, pela eternidade e além. O nome da Vossa Excelencia, senhor Getúlio Vargas, tem de ficar por qualquer forma gravado nesta letra!²⁷

A argumentação inicial do missivista contrasta a finitude física dos homens com as infinitudes de suas ações no tempo. Apesar de reconhecer a diferença hierárquica que havia entre Vargas e si mesmo, Newton se equipara ao governante por ambos serem homens. A distinção era demarcada nas ações grandiosas do chefe de Estado, pois, para o autor da carta, a obra do presidente já tinha entrado nas “infinitudes das ações no tempo”. O missivista considera que a letra do Hino Nacional com o nome de Vargas e informações sobre a atuação de seu governo contribuiria para fortalecer tal constatação, ao ficarem registrados na eternidade os feitos daquela administração. Além disso, caso o governante resolvesse adotar a versão do Hino Nacional sugerida pelo missivista, a “ação” de Newton, conseqüentemente, também ficaria eternizada na história brasileira.

²⁷ Carta de Newton A. Mello. CPDOC/FGV. Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1937.01.05, Microfilme rolo 45, processo 8775.

Nesse pedido, o remetente evoca a posição de brasileiro para reivindicar seu direito de querer cantar os nomes dos “grandes brasileiros do passado nos dias de festa nacional”, em geral, e o de Vargas, em particular. Newton finaliza a carta entrelaçando os seus anseios pessoais, de tornar-se autor de uma nova letra para o hino, aos direitos dos demais brasileiros, o que pode ser entendido como uma estratégia de se expressar utilizando elementos do discurso do regime, como o de colocar os interesses coletivos acima dos individuais, na intenção de reforçar a necessidade de sua proposta ser adotada:

Nós os brasileiros o queremos. Elle é o marco querido do ESTADO NOVO, que os brasileiros carregam sorrindo nos braços, beijando-lhes o frescor alviçareiro da primeira infancia. Esse nome, que é uma divisa- melhor impossível- não imposta despoticamente como em certos paizes, mas tomada por essa espontaneidade e amor pelo povo, vem, Senhor Getulio Vargas, como Vossa Excelencia logo notará, na segunda parte da referida letra, que é um acróstico (...) Peço a Vossa Excelencia permissão para offerecer ao BRASIL esse modesto mas sincero preito de patriotismo, e peço também permissão para, como cidadão brasileiro, o mais humilde embora, apertar a destra de Vossa Excelencia com o mais profundo respeito e civismo.²⁸

Na citação, a tentativa de convencer o presidente a adotar a letra sugerida é amparada no reconhecimento e gratidão dos brasileiros pelos bons serviços que ele vinha prestando à nação. Newton também adotou esse argumento para apresentar a sua percepção sobre o Estado Novo: uma ditadura que era apoiada pelo povo. A proposta de modificação do Hino apresentada na carta tem duas partes. Na primeira, enaltece alguns nomes – Barroso, Polydoro, Osorio, Camara, Marcilio e Duque de Caxias –, além de feitos e belezas naturais brasileiras. Na segunda, altera o estilo e coloca a letra em um acróstico com o nome do presidente:

II

G emeste sob um jugo vil, tyrannico
E as tuas minas de ouro se exgottaram
T iveste porem forças e, titânico,
U ma a uma, em trinta, as forças te voltaram.
L evaste um povo á glória,
I ndo logo a realidade, dos debuxos.
O norte cantou victória,

²⁸ Carta de Newton A. Mello. CPDOC/FGV. Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1937.01.05. Microfilme rolo 45, fot. 690.

V indo logo após mineiros e gaúchos
A pátria canta e
R i:
G ermina o ESTADO NOVO!
A gora que o gigante se ergue intrepido,
S onhando, mas de pé, mas acordado, queimaste as bandeirinhas, e, agil,
lepido tornou-se o Brasil todo um só Estado

E forte e unido sem regionalismo, ao sol da Luz, do são Idealismo,
amando a Patria Unida, a Patria forte, o povo marcha
cheio de fé no teu porvir, de sul a norte,
e a tua Armada e o teu Exército são, como nós, garantia e penhor
de tua honra, BRASIL! (grifos do missivista).²⁹

Embora o missivista tenha adotado o Estado Novo como a grande realização de Vargas, o acróstico inicia-se nos acontecimentos da chamada Revolução de 1930. Os versos mostram que o político gaúcho, em sua trajetória para alcançar o poder, contou com a alegria e o apoio popular a seu favor. Nos versos também fica evidenciada a associação entre o chefe de Estado e a união do Brasil, explicitada em alguns trechos como “tornou-se o Brasil todo um só Estado” e “Pátria unida e pátria forte”. O responsável pela “unidade nacional” recebia o “apoio popular”, inclusive em atos extremos do governante em prol do objetivo maior, como quando faz referência à queima das “bandeirinhas”, evento que ocorreu no dia 27 de novembro de 1937, conforme já mencionado. O uso do diminutivo para referir-se à queima das bandeiras estaduais reforça a maior importância atribuída à “unidade nacional”.

Os versos também endossam algumas imagens do discurso oficial, como as transformações positivas do país após a chegada de Vargas ao poder, o que concede centralidade à figura do presidente, e as dicotomias superadas nesse processo: “Brasil pequeno” transformado em “Brasil grande”; “país fragmentado” em “país unido”; e “Brasil fraco” em “Brasil forte”. A última parte expressa o amor e a esperança dos brasileiros na pátria, sentimentos que deveriam estar presentes em todos os membros da nação.

²⁹ *Idem*. Os grifos em vermelho são do missivista.

Em algumas cartas é possível notar a solicitação da utilização do Hino Nacional em situações que não estavam previstas na lei e, portanto, não haviam sido consideradas pelo governo. Adelina Sales da Cruz escreveu de São Paulo, em agosto de 1942, pedindo a autorização de Vargas para cantar uma versão adaptada do hino. Ela explica que dia 7 de setembro, daquele mesmo ano, ocorreria a realização da festa de Nossa Senhora Aparecida, por isso gostaria do consentimento do presidente para cantar, com outras pessoas, na Igreja, o Hino à Rainha do Brasil com a melodia do Hino Nacional brasileiro.

O “dia da santa” coincidia com o “dia da pátria”, dispondo este de ampla repercussão nacional. Contudo, a preocupação maior da missivista era com a comemoração para a santa. Isso revela que, em alguns momentos, outras identificações, como as religiosas, sobressaíram-se às nacionais. Dessa forma, o pedido de ressignificar a melodia do hino, utilizando-a para a exaltação de uma santa, reforça a compreensão de que a “consciência nacional” se desenvolvia desigualmente entre os grupos sociais e as regiões do país. Como ponderou Hobsbawm (1990), ao refletir sobre nações e nacionalismos, não era possível presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional – quando existe – exclui ou é superior ao restante das identificações que constituem o ser social. Ainda segundo o historiador, as ideologias oficiais dos Estados e seus símbolos não são orientações finais para o que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos, mesmo os mais leais entre eles.

Apesar do uso diferenciado e do pedido de consentimento, a parte final da carta, na qual Adelina adota o pronome possessivo “nosso”, revela que ela considera o símbolo pátrio como de todos os nacionais, sendo, conseqüentemente, seu direito utilizá-lo. A seguir, um trecho da letra adaptada com a melodia do Hino Nacional enviada na missiva:

Senhora Aparecida, Mãe Santissima Protetora da terra brasileira
Os vossos filhos já vos aclamaram Do Brasil a querida Padroeira

Eis porque na Pátria inteira Sereis sempre mui venerada Pois Vois Sois Mãe

verdadeira Desta terra por Jesus abençoada

Virgem querida Aparecida
Salve! Salve! (...).³⁰

Apesar do apelo, a solicitação de Adelina foi negada, em face da expressa proibição presente no já mencionado Decreto-lei nº. 4.545, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais. Tal legislação não autorizava a execução da melodia do hino para outros fins, que não o de acompanhar a letra de Joaquim Osório Duque Estrada.

É interessante observar que, mesmo em um governo ditatorial, as pessoas comuns reivindicaram um espaço para as suas propostas no âmbito cultural. Isso revela que muitos brasileiros não acompanharam o desenvolvimento do projeto político do governo Vargas de maneira irrefletida, concordando com todos os elementos do discurso nacionalista desenvolvido, principalmente, pelo Ministério da Educação e Saúde e pelo DNP e DIP. Ao contrário, participaram, discutiram e opinaram. Com isso, muitas vezes discordaram de determinados aspectos presentes na utilização dos símbolos nacionais, sempre a partir de ponderações que envolviam interesses individuais e coletivos.

Conclusão

Este artigo analisou tanto a produção de um projeto nacionalista do governo Vargas, voltado à valorização e ao uso dos símbolos pátrios, quanto a sua recepção por brasileiros comuns. As ações da administração federal estiveram direcionadas, principalmente, à glorificação da Bandeira e do Hino Nacionais, por intermédio da publicação de folhetos e livros, da criação de leis e da constituição de comissões definidoras das regras de utilização desses elementos representativos da identidade

³⁰ Carta de Adelina Sales da Cruz. CPDOC/FGV. Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1937.01.05. Microfilme rolo 45, processo 22.247.

brasileira. As cartas analisadas revelam que, embora os remetentes tenham adotado os símbolos nacionais e mobilizado alguns aspectos do discurso oficial sobre a “construção da pátria”, as ações deles não corresponderam a simples adulações ou reproduções acríticas das ideologias do regime. Ao contrário, por meio das missivas é possível acessar as distintas percepções e aspirações de pessoas comuns, que, inclusive, pleitearam seus espaços, como brasileiros, nas discussões a respeito das modificações realizadas na bandeira e no hino.

As reivindicações, muitas vezes frustradas, reveladas nas cartas, demonstram que as relações diretas e pessoais, construídas ou reforçadas por simples cidadãos em relação aos governantes, eram formadas por desaprovações, discordâncias e decepções. Nesses momentos, evidenciaram-se as distintas percepções do “ser brasileiro” e das formas de trabalhar pelo “bem do país”. Sobre isso, cabe destacar que, em muitas das iniciativas encaminhadas, os missivistas também expuseram interesses particulares, como poder vender produtos cívicos já fora dos padrões legais, ter o nome marcado na história pela criação de uma nova versão do Hino Nacional ou usar a melodia de Francisco Manoel da Silva para entoar outra letra, dedicada a uma santa. Por isso, para chamar atenção aos seus pedidos, muitos remetentes se esforçaram para entrelaçar seus interesses privados a ações que parecessem contribuir ao “bem comum”. Assim, era possível ser útil e patriota sem ter que renunciar aos seus desejos individuais.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. Verbete “Revolta Comunista de 1935”. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2ª ed. 5º volume. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2001, p. 4.988-4.991.

ALBUQUERQUE, Amarílio de. *A História do Hino Nacional Brasileiro*. Coleção Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro: DIP, 1944.

A NOITE. “Concluídos os trabalhos da Comissão do Hino Nacional”. Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1938, p. 8.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Série Chefes de Estado, ministros e representantes, lata 170; e série Secretaria, lata 528.

BRANT, Marcos Henrique Caldeira. Os símbolos nacionais na Constituição. In: PEREZ, Áurea Maria Brasil Santos et al (org.). *Constituição do Brasil: 30 anos 1988-2018*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2019, p. 331-352.

BRASIL. *Decreto nº. 15.671*, de 6 de setembro de 1922. Declara oficial a letra do Hino Nacional Brasileiro, escrita por Joaquim Osório Duque Estrada.

BRASIL. *Decreto nº. 763*, de 23 de abril de 1936a. Instruções para o hasteamento de bandeiras no território nacional.

BRASIL. *Lei nº. 259*, de 1 de outubro de 1936b. Torna obrigatório, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino e associações de fins educativos, o canto do hino nacional.

BRASIL. *Lei nº. 524*, de 5 de outubro de 1937. Autoriza a abrir os créditos necessários para a construção de um monumento a Francisco Manoel da Silva, autor do Hino Nacional Brasileiro.

BRASIL. *Decreto-Lei nº. 2.129*, de 11 de abril de 1940. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 54:000\$0 para a construção de um monumento a Francisco Manoel da Silva.

BRASIL. *Decreto-Lei nº. 4.545*, de 31 de julho de 1942. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, e dá outras providências.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, DA FGV - Arquivo Getúlio Vargas (rolo 2) e Arquivo Gustavo Capanema (rolos 35 e 45).

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHERŃAVSKY, Analía. *Um maestro no Gabinete: música e política no tempo de Villa-Lobos*. 2003. 243 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Departamento de História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CORREIO DA MANHÃ. "A Comissão do Hymno Nacional conclue os seus trabalhos". Rio de Janeiro, 8 de julho de 1937, p. 3.

DIP. *Bandeira e hino nacional*. Rio de Janeiro: DIP, 1940a.

DIP. *Os grandes problemas nacionais*. Rio de Janeiro: DIP, 1942.

DIP. *Quem foi que disse? Quem foi que fez?* Rio de Janeiro: DIP, 1940b.

DNP. *Um passeio de quatro meninos espertos na exposição do Estado Novo*. Rio de Janeiro: DNP, 1939.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FRAGA, André Barbosa. A propagação das ideias anticomunistas para crianças na Exposição Nacional do Estado Novo (1938). *Cordis*, São Paulo, n. 18, jan./jun. 2017, p. 3-38.

FRAGA, André Barbosa. *Os Heróis da Pátria: Política Cultural e História do Brasil no Governo Vargas*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

GOMES, Angela de Castro (org). *Capanema: O ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Trad de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira.

JORNAL DO BRASIL. “Salve, lindo pendão da esperança!”. Rio de Janeiro, domingo, 28 de novembro de 1937, p. 7.

LAGO, Mayra Coan. *Exmo Sr. Getúlio Vargas, Mi Querido General Perón: imaginários populares no varguismo e no peronismo*. 2021. 305f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Departamento de História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

LONDRES, Cecília. “A invenção do patrimônio e a memória nacional”. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001, p. 85-101.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Verbete “Revolução de 1930”. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2ª ed. 5º volume. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2001, p. 4.996-5.006.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. São Paulo: FGV, 1988.

ROSA, Cristina Souza de. *Imagens que educam: o cinema educativo no Brasil dos anos 1930-1940*. 2002. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (Departamento de História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SCHEMES, Claudia. “O controle social e as festas cívicas no Brasil de Getúlio Vargas (1937/1945) e na Argentina de Juan Domingo Perón (1946/1955)”. *Dimensões – Revista de História da Ufes*, Espírito Santo, n. 30, 2013, p. 335-361.

SILVEIRA, A. Porto da. “Soldados da bandeira. Soldados do Brasil”. *Jornal do Brasil*, domingo, 28 de novembro de 1937, p. 5.

TOMAIN, Cássio dos Santos. “*Janela da alma*”: cinejornal e Estado Novo – fragmentos de um discurso totalitário. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 139-171.

Submetido em 06.04.2021 – Aceito em 01.06.2021